

# Maílson: é hora de fechar acordo.

O ministro Maílson da Nóbrega pediu a 300 banqueiros do mundo todo, ontem, em Caracas: "Já é tempo de acelerar e concluir as negociações. Os pontos que ainda não foram acertados não deverão protelar o fechamento do acordo".

O apelo de Maílson surge após a sua franca descrição da dramática situação da economia brasileira e das medidas que está adotando para recuperá-la. O Brasil — diz — precisa do acordo que ficou paralisado, agora, depois de definidos seu montante e **spread**, em questões como garantias do Banco Mundial, reempréstimos, empréstimo-ponte, a dimensão e abrangência do **carve-out** (a economia dos juros com o impacto da redução do **spread** sobre o estoque da dívida), a transformação em bônus de uma parte do dinheiro novo e as salvaguardas contra as oscilações da economia mundial.

O ministro Maílson da Nóbrega cuidou muito do seu discurso aos banqueiros. Um observador o considerou "surpreendentemente franco". Ao terminar de lê-lo, foi muito aplaudido, e quando se retirou, também. William Rhodes, presidente do comitê de bancos credores, calculou em mais duas semanas o tempo necessário para concluir a redação do contrato do pacote de médio prazo, quando então ele será repassado à comunidade financeira internacional para o início do processo de adesão.

Maílson da Nóbrega lembra as vezes em que participou das reuniões do BID e do tempo em que o Brasil crescia rápido. E acrescenta: "Mais recentemente, no entanto, uma crescente frustração com as perspectivas da economia disseminou-se interna e externamente. Uma nova e mais pessimista avaliação da economia brasileira tornou-se dominante em alguns setores da comunidade financeira. Este sentimento foi reforçado pela suspensão dos pagamentos em 1987. Posteriormente a confiança no País foi abalada. O que aconteceu? O Brasil, hoje, é um país diferente? Ou os bancos também mudaram? Ou talvez, e mais provavelmente, ambos, Brasil e bancos, mudaram".

O ministro reconhece que a política econômica terá que, finalmente, enfrentar algumas distorções com as quais temos vivido por algum tempo. E tudo isto tem que ser compatível com uma transição mais ampla: a consolidação das instituições democráticas, em um período de sérios problemas e pressões sociais (...). Medidas de ajustamento fortes e urgentes são necessárias para reduzir a inflação e colocar o déficit público sob controle (...). Certamente sérios ajustamentos serão necessários, mas eles não poderão levar à recessão, que somente agrava os problemas sociais sem trazer soluções duradouras.

O ministro receita: "Para retornar ao crescimento, o Brasil tem que restabelecer a capacidade de investimento da economia. A taxa de investimento que chegou a atingir 25% do PIB há alguns anos declinou para apenas 16,5% em 1987. O declínio na taxa de investimentos está intimamente associado com a redução da capacidade de poupar do setor público, que caiu cerca de 6% do PIB em 1970, para 2,4% em 1980 e para 0,8% em 1985(...)".

Para ele, "o nível inflacionário mensal é preocupante (...). Mas, como no futuro próximo não é esperado realinhamento significativo da taxa de câmbio, dos preços e tarifas públicas, bem como dos produtos agrícolas e outros preços-chaves, pressões adicionais de realinhamento de preços não deverão ser enfrentadas (...). O controle do déficit público tornou-se, portanto, a principal prioridade da política econômica. Ele será alcançado por um conjunto de medidas". E detalhou as últimas decisões adotadas e anunciadas no Brasil.